



PARECER PRÉVIO Nº 22/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11929/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Zilmar Almeida de Sales (Prefeito).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2663/2017-DMP, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Caapiranga, exercício de 2015, Gestão do **Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 11, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002;
- 10.2. **Determinar** que a Câmara Municipal de Caapiranga julgue as contas do exercício de 2015 da Prefeitura municipal no prazo disposto no art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, de acordo com o Voto-Destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acolhido, em sessão, pelo Conselheiro Relator Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

- 11- **Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 22/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 22/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11929/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Zilmar Almeida de Sales (Ordenador de Despesas).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2663/2017-DMP, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2015.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa.
Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas** da Prefeitura do Município de Caapiranga, exercício de 2015, Gestão do **Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas citadas na fundamentação do voto;
- 10.2. **Considerar revel o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito e Ordenador de Despesas nos termos do art. 20, §4º da lei 2.423/96, c/c art. 88 RITCE/AM, em virtude de não ter apresentado defesa/justificativas nem documentos quanto às impropriedades trazidas pela Notificação nº 1/2016 – CI-DICOP (fls. 609/622);
- 10.3. **Considerar em Alcance o Sr. Zilmar Almeida de Sales**, no montante de **R\$ 425.818,30** (quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e dezoito mil e trinta centavos), nos termos do art. 304, I, Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, referente às seguintes glosas, todas apontadas no Relatório Conclusivo nº 41/2017-DICOP:



ACÓRDÃO Nº 22/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1 - Carta Convite n.º 14/2015: **R\$ 149.840,00**
3 - Carta Convite n.º 12/2015: **R\$ 37.502,48**
4 - Carta Convite n.º 24/2015: **R\$ 58.323,20**
5 - Carta Convite n.º 22/2015: **R\$ 31.902,62**
6 - NE n.º 222, NE n.º 223 e NE n.º 224: **R\$ 148.250,00**

Fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da condenação, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, conforme o Relatório Conclusivo nº 41/2017-DICOP. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, gestor e ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício de 2015, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por mês de atraso no encaminhamento dos Relatório de Demonstração Contábil da Prefeitura de Caapiranga, no respectivo exercício, totalizando o montante **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), referente aos meses de janeiro a dezembro do mesmo ano, tratado no item 4 da fundamentação do Voto.
Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual através de DAR avulso extraído do sítio



ACÓRDÃO Nº 22/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, gestor e ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício de 2015, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 308, I, “b”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, **por cada bimestre de atraso** no encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015, item 26 da fundamentação do Voto.

Fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, gestor e ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício de 2015, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 308, I, “c”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, **por cada semestre de atraso** no encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º semestre de 2015, item 31 da fundamentação do Voto.

Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 22/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, gestor e ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício de 2015, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das restrições 1-A, 1-D, 1-G, 1-H, 1-I, 5, 7-B, 7-C, 7-D, 7-E, 8, 9, 11-B, 11-E, 12-A, 12-C, 12-D, 12-E, 12-F, 13-A, 13-E, 15-A, 15-B, 16-B, 19-B, 19-D, 20-A, 20-B, 20-C, 21, 22, 30 e 32 apontadas pela **DICAMI**, conforme exposto na fundamentação do voto.

Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

- 11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público: Dra. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição